

UMA ANÁLISE FUNCIONAL DA MODALIDADE EPISTÊMICA¹

Marize Mattos DALL'AGLIO-HATTNER²

- RESUMO: Este trabalho objetiva analisar os mecanismos segmentais de expressão da modalidade epistêmica, sustentando a hipótese de que o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência com o nível da organização estrutural da frase em que o modalizador atua.
- PALAVRAS-CHAVE: Modalidade epistêmica; gramática funcional; estrutura em camadas.

1 Introdução

O caráter complexo do processo de modalização tem levado vários pesquisadores a considerar que somente uma representação da estrutura oracional em camadas permitiria um tratamento adequado para essa categoria qualificacional.

Hengeveld (1988; 1989) e Dik (1989) propuseram uma estrutura oracional em camadas que vem sendo adotada por vários outros funcionalistas, entre eles, Mackenzie (1992) e Nuyts (1993). Segundo Nuyts, a idéia por trás de tais representações é bastante simples e muito antiga:

Ela se reduz à notação $p(x)$ usada na lógica e na filosofia para indicar a relação entre uma proposição (X) e uma postura proposicional (p). Entretanto, uma vez que na língua natural existem diversas categorias qualificacionais que afetam os estados de coisas, que por sua vez apresentam relações bastante complexas em termos de escopo mútuo, de presença ou ausência de suscetibilidade de combinação e de efeitos semânticos, as representações para a linguagem requerem camadas múltiplas. (p.956)

Para explicar o comportamento da categoria qualificacional de modalidade, Hengeveld e Dik sugerem uma representação em camadas da estrutura da oração.

1 Este artigo é uma versão parcial de minha tese de doutorado *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*, defendida na FCL/UNESP, em 1995.

2 Departamento de Letras Vernáculas – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP – 15054-000 – São José do Rio Preto – SP.

Nessa representação, duas modalidades relacionadas ao conhecimento são apresentadas: a modalidade objetiva epistêmica e a modalidade epistemológica.

Considerando a interação entre evidencialidade e modalidade, procuraremos descrever a modalidade do conhecimento de uma maneira menos fragmentária, como uma categoria única revestida de diferentes funções na situação de interação. Desse modo, pretendemos descrever a relação entre o efeito comunicativo de (des)comprometimento do falante, a explicitação ou ocultação da fonte do conhecimento e o nível de estruturação da frase em que se alojam os modalizadores.

Para análise da manifestação da modalidade em enunciados efetivos, selecionamos treze discursos do ex-presidente Fernando Collor de Mello, produzidos, em sua maioria, durante a fase do *impeachment*. Na análise dos enunciados modalizados, procuramos estabelecer relações entre as camadas de estruturação da frase em que os modalizadores atuam seu escopo e sua função. Para tanto, uma rápida exposição do modelo de descrição da estrutura frasal em camadas faz-se necessária.

2 A estrutura frasal em camadas e as modalidades³

A representação em camadas da estrutura da oração proposta por Hengeveld e Dik considera que todo enunciado pode ser analisado em dois níveis: o representacional e o interpessoal. No nível representacional, um estado de coisas é descrito de maneira tal que o receptor seja capaz de entender a que situação real ou hipotética se faz referência. Num nível interpessoal, essa situação é apresentada de maneira tal que o receptor seja capaz de reconhecer a intenção comunicativa do falante. Dessa forma, o nível representacional diz respeito ao evento narrado e o nível interpessoal, ao evento da fala.

Nessa análise da frase, portanto, uma predicação preenche duas funções diferentes. Ela designa um estado de coisas num nível representacional e representa o conteúdo de um ato de fala num nível interpessoal. Para distinguir esses dois usos da predicação, Hengeveld usa o termo *predicação* para se referir à primeira das funções e o termo *proposição* para se referir à segunda função. A distinção entre essas funções será bastante útil para a identificação das modalidades, conforme veremos.

A construção de uma estrutura frasal requer, antes de tudo, um *predicado* que se aplique a um certo número de *termos*, resultando numa *predicação*. Os predicados designam propriedades ou relações, os termos indicam as entidades e as predicações designam um conjunto de estado de coisas (EC). Um EC é algo que pode ocorrer em algum mundo real ou imaginário e, como tal, pode ser localizado

³ Parte dessa discussão dos modelos funcionalistas de estrutura frasal de Hengeveld e Dik foi apresentada sob forma de comunicação oral no XLIII Seminário do GEL, Ribeirão Preto – SP, em maio de 1995.

no tempo e no espaço, pode durar algum tempo e pode ser visto, ouvido ou mesmo percebido. As especificações dos ECs, que são realizadas gramaticalmente, são chamadas de operadores (π) de nível 2 e as especificações adicionais lexicalmente realizadas são chamadas de satélites (σ) de nível 2.

Uma predicação pode, ainda, ser construída em uma estrutura de ordem mais alta, a *proposição*, que designa um "conteúdo proposicional" ou um "fato possível". As proposições podem ser motivo de surpresa ou dúvida, podem ser mencionadas ou negadas, rejeitadas e lembradas e podem ser consideradas verdadeiras ou falsas. As proposições podem, ainda, ser especificadas por operadores e satélites de nível 3. Finalmente, a proposição revestida de força ilocucionária constitui a *cláusula*, que corresponde a um ato de fala especificado pela proposição e pelos operadores e satélites de nível 4.

A cada nível de unidade estrutural corresponde um diferente tipo de unidade lingüística. Consideradas como variáveis, essas unidades lingüísticas se representam por diferentes símbolos, conforme o nível estrutural a que correspondem. Assim, a representação de um enunciado simples contém quatro variáveis diferentes, resultando em expressões que se referem a diferentes tipos de entidades, como se pode observar no Quadro 1, adaptado de Hengeveld (1989, p.130):

Quadro 1 - As camadas da estrutura frasal

Função	Nível	Unidade estrutural	Referência	Variável
Interpessoal	4	cláusula	ato de fala	E
	3	proposição	fato possível	X
Representacional	2	predicação	estado de coisas	e
	1	predicado	propriedade/relação	x

A representação de um enunciado, segundo esse modelo, é feita da seguinte maneira:

$$(E_1: [ILL (S) (A) (X_1: [proposição] (X_1))] (E_1))$$

$$(e_1: [Pred_b (x_1)(x_2)...(x_n)] (e_1))$$

O nível mais alto está estruturado com base em um esquema ilocucionário que especifica as relações entre um falante (S), um ouvinte (A) e a mensagem comunicada ou conteúdo (X). O nível mais baixo é estruturado com base em um esquema de predicado que especifica uma propriedade de um indivíduo ou uma relação entre vários indivíduos (x). A partir do nível mais externo, este esquema indica

que, dentro de um ato de fala (E), um conteúdo proposicional (X) é comunicado, fazendo-se, dentro dele, referência a um estado de coisas (e) do qual participam alguns indivíduos (x).

O modelo de organização estrutural da frase foi proposto por Hengeveld para dar conta de toda uma gama de fatos gramaticais. Assim, nessa estrutura representacional do enunciado em camadas, a modalidade é apenas uma das categorias qualificacionais que afetam o EC.

Admitindo, como tantos outros, que "as diferentes distinções semânticas geralmente classificadas sob o nome de 'modalidade' não parecem representar uma categoria semântica única e coerente", Hengeveld (1988, p.233) se esquivou de apresentar uma definição geral para essa categoria. Inspirado pelas idéias de Lyons (1977, caps. 15 e 16), Hengeveld estabelece distinções entre dois tipos diferentes de modalidade do conhecimento: objetiva epistêmica e epistemológica.

A modalidade *objetiva epistêmica* foi definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode avaliar a realidade de um EC em termos de seu conhecimento dos ECs possíveis" (Hengeveld, 1988, p.233).

A modalidade *epistemológica* foi definida como "todos aqueles meios lingüísticos pelos quais o falante pode expressar seu comprometimento em relação à verdade da proposição" (p.233). Considerando que o grau de comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado está diretamente relacionado à origem da informação contida na predicação, Hengeveld subdividiu a modalidade epistemológica em *subjéitiva* (epistêmica ou boulomaica) e *evidencial* (inferencial, citativa ou experiencial).

A diferença básica entre modalidade subjéitiva e modalidade objetiva reside no fato de a origem de uma proposição modalizada subjétivamente não poder ser questionada, uma vez que, ao modalizar subjétivamente uma proposição, o falante revela-se como a fonte da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação.

Na modalidade *subjéitiva epistêmica*, o evento é um construto (pensamento, crença, fantasia) do próprio falante, que é a fonte da informação. Na modalidade *evidencial*, o falante, embora faça um julgamento sobre a informação contida na proposição, pode não se apresentar como a fonte dessa informação. Assim, na modalidade inferencial, o evento é caracterizado como inferido de uma evidência; na modalidade citativa, o evento é relatado de uma outra fonte; e, na modalidade experiencial, o evento é caracterizado como experienciado por uma fonte.

Lembrando que o nível interpessoal está relacionado àqueles meios lingüísticos usados pelo falante para evocar um certo efeito comunicativo no ouvinte e que o nível representacional está relacionado com aqueles meios lingüísticos usados pelo falante para fornecer ao ouvinte a descrição de um EC, parece-nos indiscutível que, dentro do quadro das modalidades estabelecido por Hengeveld, a modalidade objetiva epistêmica se aloje no nível da predicação e a modalidade epistemológica, no nível da proposição.

O Quadro 2 resume a tipologia das modalidades do conhecimento apresentada por Hengeveld.

Quadro 2 – As modalidades do conhecimento

Modalidade	Função	Nível	Expressão
Objetiva epistêmica	Avaliar a realidade de um estado de coisas	Predicação	Predicados encaixadores e operadores
Epistemológica	Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores, operadores e satélites

3 Modalidade epistêmica e evidencialidade

Na tipologia das modalidades proposta por Hengeveld, observa-se que os valores modais relacionados ao eixo do conhecimento são identificados como duas modalidades diferentes, segundo o nível de estruturação da frase em que se inserem e segundo a função que desempenham. Para a identificação dessas modalidades, além da função e do nível de estruturação da sentença, um outro critério é considerado: a fonte da informação com base na qual o falante faz sua avaliação.

A consideração da modalização como uma qualificação objetiva ou subjetiva, proposta por Lyons (1977), foi retomada por Hengeveld, mas a classificação resultante ainda é problemática. A modalidade epistêmica objetiva foi caracterizada em termos da avaliação que o falante faz do estatuto de realidade do EC designado por uma predicação. Para essa avaliação, o falante faz um cotejo entre o EC designado pela predicação e o conhecimento que ele possui sobre as "situações possíveis" ou "estados de mundo" (EM), na denominação de Hengeveld. "Se todos os EMs contiverem o EC designado por uma predicação, então o falante chegará à conclusão 'certo' ... Se apenas alguns ECs contiverem o EC que está sendo analisado, então o falante chegará à conclusão 'possível'" (1988, p.235). Assim, o conhecimento que o falante possui sobre os EMs é o padrão para sua avaliação.

A modalidade subjetiva epistêmica foi caracterizada em termos do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo da predicação que ele apresenta para ser considerado. "Ao modalizar subjetivamente uma predicação, o falante revela-se como a origem da informação e também como aquele que apresenta um julgamento sobre a informação contida nessa predicação."

Que o escopo de cada uma dessas modalidades é diferente, parece-nos fora de dúvida. O próprio Hengeveld se encarrega de propor alguns testes para mostrar

essa diferença. Assim, a modalidade subjetiva, expressão de atitudes do falante, está localizada fora da proposição, razão pela qual, diz ele, não pode ser negada ou questionada. Além disso, as sentenças modalizadas subjetivamente estão fora do escopo do tempo; embora possam receber uma forma verbal do passado, essa forma não faz uma referência temporal, ela apenas expressa um grau menor de comprometimento por parte do falante.

Hengeveld, entretanto, procura atrelar a distinção entre as modalidades subjetiva e objetiva à classe de palavras que expressa cada uma dessas modalidades, considerando que os advérbios modais sempre dão expressão à modalidade subjetiva e os adjetivos modais, à modalidade objetiva. Essa mesma opinião foi defendida também por Bellert (1977), para quem os advérbios modais qualificam a verdade da proposição expressa no enunciado em que eles ocorrem e os adjetivos modais qualificam o estado de coisas referido pelo enunciado, sendo parte da proposição expressa pelo enunciado. Lang, em trabalho de 1979 (apud Nuyts, 1993), considera que os adjetivos modais pertencem à proposição e fazem referência a um elemento do mundo (o EC), enquanto os advérbios modais não fazem parte do significado proposicional mas expressam a atitude do falante em relação à proposição.

Em artigo que trata exclusivamente dos advérbios e adjetivos epistêmicos, Nuyts (1993) procura demonstrar que, contrariamente ao que apregoa a literatura sobre o assunto, a escolha que o falante faz entre uma construção com adjetivo e uma com advérbio não é determinada por alguma diferença na semântica da qualificação modal mas sim pela conjunção de três fatores: funcionalidade discursiva, performatividade e interação entre modalidade e evidencialidade.

Ao discutir a relação entre modalidade e evidencialidade, Nuyts questiona a distinção entre modalidade objetiva e modalidade subjetiva estabelecida por Lyons (1977) e Hengeveld (1988). Segundo Nuyts (1993, p.946), todo julgamento modal está baseado em uma evidência; o que pode variar é a qualidade da evidência que se tem, mas "sem evidência, nenhuma avaliação de um EC é possível – pode-se, então, simplesmente dizer que não se sabe" (p.946).

Nuyts considera, portanto, que a evidencialidade é uma dimensão semântica hierarquicamente superior à modalidade. Desse modo, a fonte da evidência passa a ter importância fundamental para a distinção entre modalidade subjetiva e objetiva. Se o falante sugere que apenas ele conhece ou teve acesso à evidência a partir da qual conclui, ele assume uma responsabilidade estritamente pessoal para a qualificação modal. Por outro lado, se o falante sugere que a evidência é conhecida ou acessível a um grupo de pessoas que chegam todas à mesma conclusão e entre as quais se inclui, provavelmente, o ouvinte, ele assume uma responsabilidade partilhada com todos aqueles que tiveram acesso à evidência a partir da qual se estabeleceu a conclusão. Para fazer uma distinção entre a sua proposta e a concepção tradicional de subjetividade e objetividade, que julga "provavelmente errada ou, pelo menos, equivocada", Nuyts denomina a primeira qualificação *subjetiva* e, a segunda, *intersubjetiva*.

A proposta de Nuyts coloca em questão a relação entre evidencialidade e modalidade. Duas tendências podem ser distinguidas na consideração dessa questão. A primeira, que considera os evidenciais como um tipo de modalizador epistêmico, pode ser representada pelo trabalho de Palmer (1986, p.151), para quem o termo epistêmico deveria ser aplicado não só aos sistemas modais que envolvem basicamente as noções de possibilidade e necessidade, mas a qualquer sistema modal que indique o grau de comprometimento do falante com relação ao que ele fala. Em particular, ele deveria incluir evidenciais, tais como rumor [*hearsay*] ou relato [*report*] ou a evidência dos sentidos.

Segundo Palmer, uma das formas de o falante indicar o seu (des)comprometimento com a verdade da proposição é a indicação das evidências por meio das quais ele fez seu julgamento. Considerando que as evidências estão claramente relacionadas ao conhecimento e à crença dos falantes, Palmer considera insensato negar-lhes o rótulo de epistêmico.

A segunda tendência, que considera a qualificação evidencial como determinadora da qualificação epistêmica, é representada pelo trabalho de Nuyts discutido anteriormente. Para esse autor, o fato de as categorias de modalidade epistêmica e evidencialidade aparecerem fundidas nos trabalhos de Palmer (1986), Hengeveld (1988; 1989) e outros, representa uma etapa já distante, uma vez que essas categorias constituem duas dimensões semânticas diferentes: i) a qualificação epistêmica ou a avaliação do falante sobre a probabilidade de um EC; e ii) a qualificação evidencial ou a avaliação do falante sobre a natureza ou a qualidade da fonte de sua evidência.

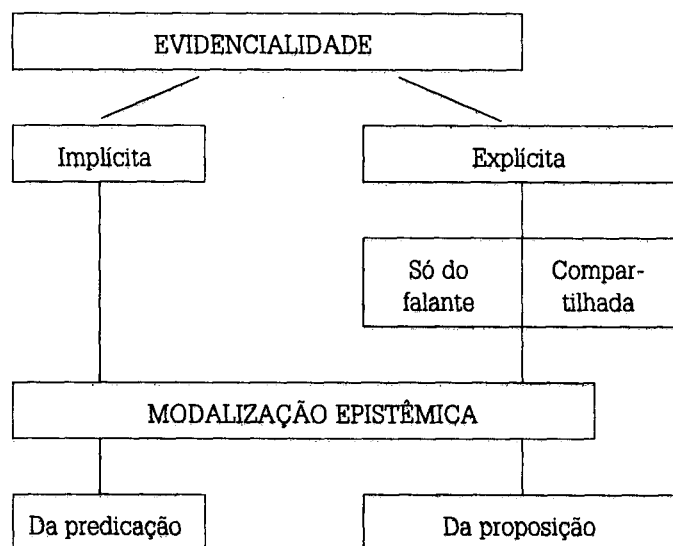
No modelo oracional em camadas, assumir essa posição implica definir o escopo e a ordem hierárquica dessas qualificações. Se considerarmos, de acordo com Nuyts (1993), a qualificação evidencial como hierarquicamente superior à qualificação modal, a distinção entre subjetividade e objetividade (ou intersubjetividade) passa a ser discutida dentro do domínio evidencial. Desse modo, aponta Nuyts, seria desnecessário postular dois tipos diferentes de qualificação epistêmica, como foi feito em Hengeveld (1988). Parece-nos, entretanto, que as análises dos enunciados epistemicamente modalizados feitas por Hengeveld e Nuyts, ainda que de naturezas diferentes, não são excludentes.

A avaliação epistêmica é feita com base no conjunto de conhecimentos e crenças que o falante possui. Ocorre, porém, que esse conjunto de informações (as evidências) pode ou não ser explicitado pelo falante, segundo as suas intenções comunicativas.

Como aponta Hoff (apud Dendale & Tasmowski, 1994, p.2), os evidenciais ou os "meios de justificação" indicam que tipo de evidência está disponível para assegurar a confiabilidade do enunciado no qual eles estão inseridos. Assim, se o falante escolhe indicar a fonte do saber que seu enunciado transmite, ele oferece a seu interlocutor a possibilidade de avaliar por si próprio a confiabilidade dessa informação. A avaliação da verdade de uma proposição será feita, então, com diferentes graus de adesão do falante, segundo as diferentes fontes de informação

apresentadas, que podem ser um relato de terceiros, uma percepção visual ou auditiva, uma inferência ou suposição do próprio falante.

O falante também pode optar por não indicar o tipo de evidência de que dispõe, se o conhecimento subjacente à sua avaliação for de domínio comum ou, principalmente, se ele quiser fazer parecer que é um conhecimento compartilhado. Dessa forma, a qualificação epistêmica incide não sobre uma proposição, mas sobre um EC que é considerado certo ou possível, segundo uma avaliação apresentada como independente da crença do falante. Entrecruzando todas essas variáveis, podemos equacionar a avaliação epistêmica da seguinte forma:



Ao abrigarmos os dois tipos de modalidade, propostos por Hengeveld, sob um mesmo rótulo – modalidade epistêmica –, estamos admitindo que ambas as modalidades representam formas de o falante comprometer-se com a verdade de seu enunciado (ou descomprometer-se dela), assumindo, com relação à qualificação modal, uma responsabilidade estritamente pessoal ou partilhada.

É preciso, entretanto, verificar como as combinações entre evidencialidade e modalidade epistêmica são efetuadas na língua e quais os efeitos comunicativos resultantes de cada tipo. É dessa investigação que nos ocuparemos a seguir. Para tanto, considerem-se, inicialmente, os seguintes exemplos:

- (1) "Adotamos recentemente medidas de incentivo às exportações que *devem* trazer novo impulso ao nosso comércio exterior." (D2)
- (2) "*É possível* que, em algum outro governo, os poderes da República tenham desfrutado de igual independência e liberdade." (D13)
- (3) "*Creio* que compete primordialmente à livre iniciativa – não ao Estado – criar riqueza e dinamizar a economia." (D1)

(4) "Tenho certeza de que as diferenças de interesse e percepção ... serão tratadas de forma construtiva para benefício mútuo." (D1)

Algumas diferenças básicas separam esses enunciados em dois grupos. No primeiro grupo, a possibilidade de ocorrência de um EC é descrita como provável (1) ou possível (2), de acordo com o conhecimento que o falante possui sobre situações possíveis. Embora se possa considerar a possibilidade de enunciados do tipo de (1) e (2) serem interpretados como a expressão da avaliação subjetiva do falante, é inegável que esses enunciados estão totalmente despidos de marcas de julgamento. As especificações disponíveis só podem ser garantidamente a caracterização do estatuto de realidade de um EC. O falante, ao enunciar (1) ou (2), optou por não indicar as evidências de que dispunha, apresentando a qualificação "provável" ou "possível" como independente de sua avaliação. Decorre desse distanciamento do falante uma maior credibilidade para a qualificação modal. No nível da proposição, esses enunciados podem ser assim representados:

(1') Poss Pres e_i : [predicação]⁴

(2') Pres e_i : Possível_A (e_i : [predicação])

A qualificação do EC é expressa por um operador em (1) e por um predicado adjetival em (2).

Nos enunciados do segundo grupo, há a expressão do comprometimento do falante com relação à verdade do conteúdo que ele apresenta para ser considerado. Ao enunciar (3) ou (4), o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz. Diante do que se colocou nos enunciados, a única interpretação possível é a de que eles expressam um julgamento do falante. No nível da predicação, esses enunciados (3) e (4) podem ser assim representados:

(3') Pres [Crer (x_i : p1) (Xj: [proposição])]

(4') Pres [Ter certeza (x_i : p1) (Xj: [proposição])]

Nesses dois exemplos, a qualificação modal é expressa por predicados verbais que têm como complemento uma proposição.

Os diferentes efeitos comunicativos dos enunciados de (1) a (4) não podem ser atribuídos apenas ao nível da organização estrutural em que se aloja o modalizador e ao seu conseqüente escopo. A modalização de um enunciado é resultante da conjugação de uma série de fatores, dificilmente dissociáveis, que vão desde a natureza do próprio item modalizador até a estrutura sintática, que engloba, por exemplo, a unipessoalização ou a voz passiva. Sendo assim, optamos por apresentar a descrição dos enunciados epistemicamente modalizados presentes no *corpus* em duas etapas de complexidade crescente. Na primeira etapa, limitar-nos-emos a

4 A representação completa da estrutura frasal em camadas, segundo Hengeveld (1988), já foi apresentada à página 151. Objetivando apenas situar a modalidade epistêmica nessa estrutura, optamos por uma representação simplificada, só apresentando as camadas que estão no escopo da modalização. Além disso, adotamos a proposta notacional de Dik (1989, p.262), que exclui a repetição da variável especificada ao final de cada camada.

descrever as formas de expressão da modalidade epistêmica que ocorreram nos dois níveis de estruturação da frase: a predicação e a proposição. Na segunda, procuraremos relacionar o efeito comunicativo de (des)comprometimento do falante às relações estruturais que se estabelecem nesses enunciados.

4 A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise

Para analisar a manifestação da modalidade epistêmica em enunciados efetivos, selecionamos treze discursos do ex-presidente Collor, a saber:

- 15.3.1992 – Discurso de posse (D1)
- 14.3.1992 – Discurso em comemoração aos dois anos de governo (D2)
- 26.5.1992 – Primeira manifestação após denúncias de Pedro Collor (D3)
- 27.5.1992 – Segunda manifestação após denúncias de Pedro Collor (D4)
- 1.7.1992 – Terceira manifestação após denúncias de Pedro Collor (D5)
- 10.7.1992 – Discurso sobre renegociação da dívida com bancos credores (D6)
- 17.7.1992 – Discurso sobre reforma fiscal (D7)
- 6.8.1992 – Discurso proferido na posse dos novos ministros (D8)
- 21.8.1992 – Discurso sobre a liberdade de imprensa (D9)
- 31.8.1992 – Discurso sobre a CPI (D10)
- 3.10.1992 – Última manifestação como presidente (D11)
- 22.12.1992 – Explicações sobre a troca de advogados (D12)
- 31.12.1992 – Discurso da renúncia (D13)

Esses textos foram separados em dois subgrupos. O maior deles é composto pelos discursos produzidos durante a fase de *impeachment* (maio a dezembro de 1992), em que o presidente se pronuncia sob forte coação moral. Como contraponto aos onze discursos que compõem esse subgrupo, selecionamos o discurso de posse (D1) e o discurso feito na comemoração dos dois anos de governo Collor (D2), textos em que a imagem do presidente não está sendo ameaçada.

4.1 Formas de expressão da modalidade epistêmica

4.1.1 No nível da predicação

a) A avaliação que o falante faz da realidade do estado de coisas, descrito pela predicação, é expressa por meios gramaticais (operadores de predicação):

- (5) "Adotamos recentemente medidas de incentivo às exportações que devem trazer novo impulso ao nosso comércio externo." (D2)
- (6) "tarefa que já foi iniciada, mas que só poderá ser levada a bom termo com a participação da classe política." (D2)

b) A avaliação que o falante faz da realidade do estado de coisas, descrito pela predicação, é expressa por meios lexicais (predicados adjetivais):

- (7) "É possível que, em algum outro governo, os poderes da República tenham desfrutado de igual independência e liberdade." (D13)
- (8) "Certo é, porém, que a virtude republicana, o espírito de cidadania, pressupõe determinado clima moral." (D1)

4.1.2 No nível da proposição

a) O comprometimento do falante com relação à verdade da proposição é expresso por meio de satélites de predicação:

- (9) "A inflação nos desorganiza e nos desmoraliza. Ela é, sabidamente, o imposto mais cruel." (D1)
- (10) "De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação." (D1)

b) O comprometimento do falante com relação à verdade da proposição é expresso por meio de predicados encaixadores verbais (11 e 12), adjetivais (13 e 14) e nominais (15 e 16):

- (11) "Creio firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do Governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República." (D1)
- (12) "Sei que não se deixarão intimidar pelas manifestações organizadas, pelos que pensando servir, desservem ao país." (D10)
- (13) "Estou certo, ministro Eraldo Tinoco, de que estará à altura do grande desafio que tem pela frente." (D8)
- (14) "Estou absolutamente seguro de que estamos no rumo certo." (D4)
- (15) "Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza." (D1)
- (16) "Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas." (D1)

Todas essas possibilidades podem ser assim esquematizadas:

Quadro 3 – Formas de expressão da modalidade epistêmica

Função	Nível	Tipo	Expressão
Expressar o estatuto de realidade de um estado de coisas	Predicação	Operadores π_2	Auxiliares modais
		Predicados encaixadores	Adjetivos
Expressar o comprometimento do falante com relação à verdade da proposição	Proposição	Predicados encaixadores	Adjetivos
			Verbos
			Nomes
		Satélites σ_3	Advérbios

Comparando-se as formas de expressão encontradas no *corpus* com as formas de expressão previstas pelo modelo de Hengeveld (ver Quadro 2), observa-se que, em português, assim como em inglês e espanhol, não ocorre a qualificação da proposição por meio de operadores π_3 . Parece-nos, entretanto, que poucas são as línguas que admitem essa possibilidade. Os únicos exemplos de qualificação modal da proposição feita por meios gramaticais, que encontramos na bibliografia consultada, pertencem às línguas hidatsa e turco (Hengeveld, 1988).

Outro dado que merece discussão é a ocorrência de predicados adjetivais para expressar tanto a qualificação modal da predicação quanto a da proposição. A natureza desses adjetivos, entretanto, é diferente em cada um desses empregos. Enquanto os adjetivos que qualificam a predicação são sempre avalentes, os adjetivos que qualificam a proposição são valenciais, construindo-se com um argumento sujeito, freqüentemente de primeira pessoa, e um argumento proposicional. Observa-se, porém, que uma mesma forma adjetiva pode ser modalizadora da predicação ou da proposição, como em (21) e (22), respectivamente:

(21) "É certo que a inflação caiu."

(22) "Estou certo, ministro Eraldo Tinoco, de que estará à altura do grande desafio que tem pela frente." (D8)

Numa primeira leitura, poderíamos pensar que o determinador da diferença na qualificação modal entre esses exemplos fosse o uso da forma impessoal em (21) e da primeira pessoa em (22). Obviamente, o uso da primeira pessoa deixa clara a natureza subjetiva da qualificação epistêmica, isto é, evidencia que é o falante quem julga como verdadeira a proposição. No entanto, é preciso atentar para a diferença de sentido que o adjetivo adquire nas duas construções. Enquanto em (21) *certo* é um adjetivo avalente, correspondendo a *infalível*, em (22) ele é um adjetivo atitudinal valencial, correspondendo a *convicto*, adjetivo que se constrói com um argumento sujeito de primeira pessoa e um argumento proposicional. Observe-se que também os predicados nominais, que expressam a modalidade epistêmica proposicional, são valenciais. *Convicção*, *certeza* e *dúvida* são valores que implicam necessariamente um julgamento de verdade (julgam a verdade da proposição), daí a impossibilidade de se aplicarem a ECs.

Vejam, então, como as formas de expressão e os níveis de organização da estrutura frasal, descritos aqui, se relacionam com os diferentes graus de comprometimento do falante que a modalidade epistêmica expressa.

4.2 O (des)comprometimento do falante

Considerando-se as diferentes camadas da organização estrutural da frase, identificamos, em 4.1, duas instâncias da modalidade epistêmica, segundo elas tenham por escopo:

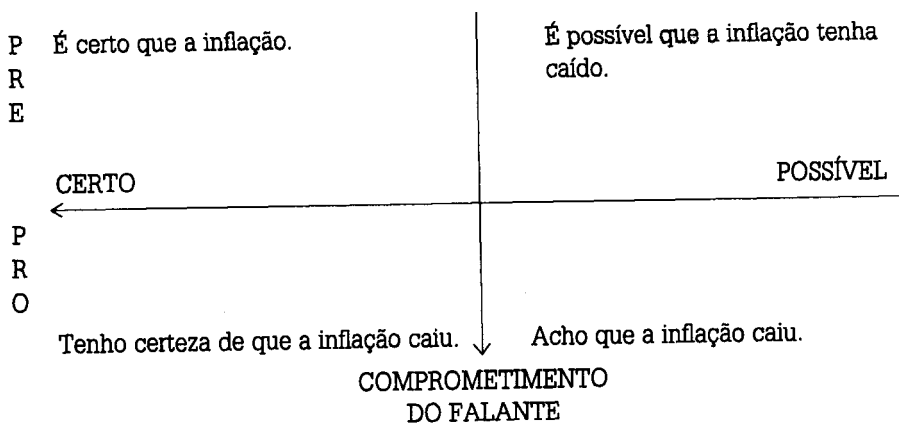
- i) uma predicação na sua função representacional: o falante se utiliza de meios lingüísticos para fornecer ao ouvinte uma descrição de um EC, avaliando o estatuto de realidade desse EC. A predicação apenas dá a descrição de uma situação externa a que o falante faz referência como certa, provável ou possível;
- ii) uma proposição em sua função interpessoal: o falante se utiliza de meios lingüísticos para expressar sua atitude com relação ao seu ato de fala.

Desse modo, ao situar a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante se furta à responsabilidade sobre o valor de verdade de seu enunciado. Inversamente, ao situar a qualificação epistêmica no nível da proposição, o falante assume, com diferentes graus de adesão, seu enunciado.

Observa-se, entretanto, que mesmo dentro de um único nível de estruturação da frase, os efeitos comunicativos podem ser bastante diferentes. Definindo o eixo epistêmico como um *continuum* entre o certo e o possível, verifica-se que a língua dispõe de meios para expressar uma gradação bastante sutil entre esses extremos. A variedade de formas para expressar um mesmo valor também dificulta o estabelecimento de graus nítidos dentro do eixo da possibilidade.

Sendo assim, separamos as ocorrências dos modalizadores epistêmicos em dois grandes grupos, segundo o efeito de sentido obtido com seu emprego seja uma indicação de certeza ou de possibilidade. A passagem de um grupo a outro é feita, entretanto, sem ruptura. Entre o certo e o possível, a adesão do falante varia numa progressão contínua.

Considerando os níveis de organização estrutural da frase, podemos equacionar o entrecruzamento dos valores modais de certeza e possibilidade com o comprometimento do falante da seguinte maneira:



Segundo o esquema acima, os enunciados modalizados diferenciam-se, no sentido horizontal, pela expressão de graus opostos no eixo epistêmico. No sentido vertical, esses enunciados se opõem funcionalmente: nos dois quadrantes superiores, expressam a avaliação de um EC como certo ou possível e, nos dois quadran-

tes inferiores, expressam a avaliação que o falante faz sobre a verdade de uma proposição. Conseqüentemente, o eixo vertical representa, num movimento crescente de cima para baixo, o comprometimento do falante.

Sem desconsiderar os diversos graus de certeza e possibilidade que o eixo epistêmico abarca, chamaremos os modalizadores que ocorrem nos quadrantes do lado esquerdo do eixo vertical de “modalizadores do certo” e, aqueles que ocorrem do lado direito, de “modalizadores do possível”.

Considerando-se, então, as formas de expressão da modalidade descritas no item 4.1 e resumidas no Quadro 3, foram levantadas todas as indicações de possibilidade e certeza presentes no *corpus*, conforme demonstra a Tabela 1:

Tabela 1 – Ocorrência dos modalizadores por discurso

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Certezas	19	-	-	2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38
Possibilidades	9	8	2	1	3	3	1	1	1	12	-	1	4	46
Total	28	8	2	3	6	4	2	3	4	14	1	1	8	84

Voltaremos a esses números depois de analisar, em separado, as duas grandes classes de modalizadores epistêmicos aqui identificadas.

4.2.1 A modalidade do certo

As indicações de que o falante avalia como verdadeiro o conteúdo do enunciado que produz são bastante freqüentes em todo o *corpus*, correspondendo a 45% do total de ocorrências (ver Tabela 1). Observa-se, entretanto, que não há uma única ocorrência em que a expressão de certeza do enunciador incida sobre uma predicação:

Tabela 2 – Modalizadores do certo

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Predicação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proposição	19			2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38
Total	19			2	3	1	1	2	3	2	1	-	4	38

Sempre tendo por escopo uma proposição, a modalização do *certo* foi feita, basicamente, de duas maneiras:

- i) por um predicador adjetivo ou nominal indicador de certeza:

- (23) "Tenho certeza de que as diferenças de interesse e percepção ... serão tratadas de forma construtiva para benefício mútuo." (D1)
- (24) "Estamos certos de que, por esse caminho ... começaremos a resgatar a imensa dívida que o Brasil ainda tem para com grande parte de sua gente." (D8)

ii) por um predicador verbal ou nominal indicador de um saber:

- (25) "Sabemos que contamos para isso não só com a compreensão mas com o pleno apoio das lideranças sindicais esclarecidas deste país." (D1)
- (26) "tenho consciência de que aqui também impõe-se a estabilização financeira." (D1)

Embora todos esses enunciados indiquem um forte comprometimento do falante com relação à verdade da proposição, observa-se que esse comprometimento é expresso em graus bastante diferentes. Como já apontamos em 4.1, ao indicar as evidências subjacentes à qualificação epistêmica, o falante permite que o interlocutor avalie, por ele próprio, a confiabilidade do enunciado. Assim, os enunciados construídos em primeira pessoa do singular indicam um forte comprometimento do falante, uma vez que ele apresenta, como evidência para a qualificação epistêmica, uma inferência pessoal. Comparem-se, agora, os seguintes pares de ocorrências:

- (27) "Estamos certos de que ... começaremos a resgatar a imensa dívida que o Brasil ainda tem para com grande parte de sua gente." (D8)
- (28) "Estou certo de que as lideranças políticas compreenderão as razões que me levaram a tomar essa iniciativa." (D10)
- (29) "tenho consciência de que aqui também impõe-se a estabilização financeira." (D1)
- (30) "Temos consciência plena do peso desses estados, de suas semelhanças conosco." (D1)

Ao utilizar a primeira pessoa do plural, Collor busca uma divisão de responsabilidades, apresentando sua certeza e seu saber como compartilhados. Assim, o uso de eu e nós se alterna ao longo dos discursos: eu, para o poder; nós, para o trabalho, para a divisão de responsabilidades. Observa-se ainda que em D1, discurso em que ocorre o maior número de indicações da certeza do falante, das 19 ocorrências de modalizadores do certo, dez são construídas em primeira pessoa do singular e apenas duas, em primeira pessoa do plural.

Nas construções com predicadores nominais, observou-se um interessante jogo de ocultação da evidencialidade. Já indicamos em 4.2 que as formas nominais modalizadoras são sempre valenciadas, pressupondo, portanto, a existência de um argumento que faz o julgamento expresso pela proposição. Para mascarar o fato de que é seu o julgamento que está sendo expresso, Collor omite a indicação do possessivo. Desse modo, a recuperação da primeira pessoa só pode ser feita pelas formas verbais que antecedem o predicador modal:

- (31) “*Entendo assim o Estado, não como produtor, mas como promotor do bem-estar coletivo. Daí a convicção de que a economia de mercado é forma comprovadamente superior de geração de riqueza, de desenvolvimento intensivo e sustentado. Daí a certeza de que, no plano internacional, são as economias abertas as mais eficientes e competitivas.*” (D1)

Embora pouco freqüente, a modalização por meio de locuções adverbiais é uma outra forma utilizada por Collor para expressar sua certeza, sem explicitar que ela é decorrente de uma inferência pessoal:

- (32) *De fato, o dinamismo das novas configurações econômicas convive ainda com a miséria e a estagnação.*” (D1)
- (33) “Um dos maiores obstáculos a isso é *sem dúvida* o serviço da dívida nos níveis em que se encontra.” (D1)

4.2.2 A modalidade do possível

Os modalizadores do possível indicam uma tentativa do enunciador de diminuir sua responsabilidade pelo que é dito. Quando incidem sobre uma predicação, indicam um duplo distanciamento do enunciador que, além de descrever um EC como possível, ainda apresenta essa qualificação como independente de sua avaliação. É exatamente nessa situação que ocorrem 72,3% das expressões de possibilidade encontradas no *corpus* (ver Tabela 3), feitas por meio de auxiliares modais (31 ocorrências) e por meio do predicador adjetivo possível (duas ocorrências).

Tabela 3 – Modalizadores do possível

	D1	D2	D3	D4	D5	D6	D7	D8	D9	D10	D11	D12	D13	Total
Predicação	3	7	1	1	2	3	1	1	1	10	-	-	3	33
Proposição	6	1	1	-	1	-	-	-	-	2	-	1	1	13
Total	9	8	2	1	3	3	1	1	1	12	-	1	4	46

O verbo *dever*, como indicador de probabilidade, é o auxiliar mais empregado, combinado com outros modalizadores ou isoladamente:

- (34) “A renovação da equipe ministerial *deve* assegurar uma relação ainda mais fluida e equilibrada com o Congresso Nacional.” (D2)
- (35) “A conquista de credibilidade internacional *deverá* colocar-nos entre as nações que estão definindo os novos parâmetros de desenvolvimento, que nos deverão guiar no Terceiro Milênio.” (D2)

O verbo *poder*, embora muito freqüente como modalizador deôntico, tem emprego restrito como indicador de possibilidade, ocorrendo apenas onze vezes:

- (36) "Hoje, qualquer um *pode* ser vítima desta irregularidade porque não é possível a todos nós conhecer a natureza espúria de um cheque." (D10)
- (37) "Na primeira [hipótese, os bancos credores] *poderão* preferir ter nossa dívida a juros de mercado." (D6)

Com relação ao emprego desses auxiliares, não se pode deixar de analisar o valor modal da categoria gramatical de tempo. Observe-se, por exemplo, o efeito intensificador que o tempo futuro exerce sobre a noção de possibilidade expressa pelos verbos *dever* e *poder*:

- (38) "A conquista de credibilidade internacional *deverá* colocar-nos entre as nações que estão definindo os novos parâmetros de desenvolvimento, que nos deverão guiar no Terceiro Milênio." (D2)
- (39) "Você, trabalhador, *poderá* estar-se perguntando, neste momento, qual a importância dessa notícia que estou dando, qual o efeito que um acordo tão difícil e técnico, aparentemente distante, *pode* ter sobre sua vida no dia-a-dia." (D6)

Como aponta Corôa (1985, p.59), os usos modais das formas de futuro "jogam com a virtualidade inerente ao vir-a-ser, com a idéia de possível natural ao próprio futuro". Daí a dificuldade de classificá-las como tempo do indicativo ou como forma com valor modal.⁵ Para Mira Mateus et al. (1983, p.121), tanto o presente do indicativo quanto o futuro do presente podem ser selecionados pelo falante para exprimir estados de coisas futuros: o presente é selecionado quando o falante avalia a ocorrência do estado de coisas como altamente provável e o futuro do presente, quando ele avalia que a ocorrência é apenas possível. Oposição maior separa os valores expressos pelo futuro do presente e o futuro do pretérito. Utilizado para dar uma informação que o falante não assume como sua e para indicar probabilidade ou hipótese, o futuro do pretérito tem, muitas vezes, o seu valor temporal anulado em favor de um valor modal. É o que acontece, por exemplo, em (40) e (41):

- (40) "O Presidente da República tem como residências oficiais o Palácio da Alvorada e a Granja do Torto. *Poderia* estar morando num desses endereços, com todas as despesas pagas." (D10)
- (41) "Pensem bem: se eu quisesse morar de graça, com tudo pago, *estaria* morando no Palácio da Alvorada." (D5)

Neste trabalho, limitamos a análise do valor modal das categorias de modo e tempo apenas aos enunciados em que essas categorias co-ocorrem com itens léxicos modalizadores. Assim, não foram analisados os enunciados modalizados unicamente pelo modo ou pelo tempo verbal, como em (41). Entretanto, registramos que o maior número de verbos não modais, flexionados no futuro do pretérito, ocorre em D10, discurso em que Collor abandona a atitude de indiferença e passa a se de-

⁵ Ver, a esse respeito, Campos & Rodrigues, 1993, p.414-23.

fender das acusações, negando-as ou atenuando-as. Enquanto em D10 o futuro do pretérito é usado nove vezes, em seis outros discursos (D2, D3, D8, D11, D12 e D13) não há uma única ocorrência desse tempo.

É também em D10 que ocorre o maior número de modalizadores do possível (ver Tabela 3), em sua maioria modalizadores da predicação. No nível da proposição, as afirmações de Collor são raramente apresentadas como incertas ou imprecisas. Excluindo-se um único caso claro de indicação de dúvida, feita por meio do verbo *supor*, a incerteza do enunciador é sempre expressa pela qualificação do enunciado como um julgamento pessoal:

- (42) "Penso que a integração é passo obrigatório para a modernização de nossas economias." (D1)
- (43) "Responderei ao que *creio*, sinceramente, sejam profundas injustiças, pré-julgamentos e posturas nitidamente eleitorais." (D10)

Entre os verbos que expressam um julgamento ou opinião, a escolha de Collor recai sempre sobre aqueles que indicam um forte comprometimento com o conteúdo do enunciado que, embora avaliado como possível, é posto como bem próximo da verdade. Desse modo, Collor não se utiliza de verbos como *imaginar* ou *achar*, que indicam um alto grau de incerteza do enunciador. Como aponta Rosa (1992, p.60), as expressões verbais de opinião, entretanto, nem sempre incluem a incerteza do falante sobre o que diz, uma vez que, "do ponto de vista pragmático-interacional, a opinião expressa uma crença ou saber já pré-configurado, que contrasta com a expressão de uma dúvida". Observe-se que em algumas ocorrências do verbo *crer*, a proposição encaixada é construída com o verbo no tempo presente do indicativo, o que reforça a idéia de que o falante considera o conteúdo da proposição como próximo à verdade. Comparem-se, por exemplo, os diferentes efeitos comunicativos que o enunciado (42), comentado anteriormente, e os enunciados (44) e (45) evidenciam, atentando para o papel do modo da proposição encaixada:

- (44) "Creio que compete primordialmente à livre iniciativa - não ao Estado - criar riqueza e dinamizar a economia." (D1)
- (45) "Creio firmemente, Senhores Senadores e Senhores Deputados, que a dignidade do governo implica essencialmente um sólido respeito pelos dois outros Poderes da República." (D1)

A ocorrência do advérbio intensificador em (45) também contribui para diminuir o grau de incerteza evidenciado pelo verbo *crer*.

Considerando o esquema utilizado para representar o entrecruzamento do comprometimento do falante com o nível de atuação do modalizador, podemos dizer que os enunciados em que Collor expressa seus julgamentos pessoais estariam localizados na extrema esquerda dos quadrantes do possível, numa zona de transição entre o possível e o certo.

Voltemos, agora, ao enunciado construído com o verbo *supor*, mencionado anteriormente:

(46) "Não sei o que querem de mim. Suponho que pretendam, como já fizeram outras vezes em circunstâncias semelhantes, mais do que o poder." (D13)

A única ocorrência de verbo de opinião que nitidamente indica incerteza do falante é antecedida pela também única ocorrência de um prefaciador de atenuação que, nos termos de Rosa (p.82), nega a competência epistêmica do enunciador. Observa-se, também, que a incerteza recai sobre a atitude de uma terceira pessoa, os congressistas. Em nenhum momento o enunciador coloca como incertas suas atitudes.

O uso que Collor faz dos modalizadores parece-nos bastante claro. Nas interações lingüísticas, afirma Koch (1992, p.29), "temos sempre objetivos, fins a serem atingidos: há relações que desejamos estabelecer, efeitos que pretendemos causar, comportamentos que queremos ver desencadeados, isto é, pretendemos atuar sobre o(s) outro(s) de determinada maneira, obter dele(s) determinadas reações". Collor, cioso de sua imagem, busca convencer seu interlocutor de que sabe sobre o que está falando. O uso dos modalizadores do certo é parte de seu esforço para fazer seus interlocutores crerem no que está sendo dito.

Se considerarmos ainda que toda a indicação de certeza encontrada no *corpus* é feita no nível da proposição, nível em que o comprometimento do falante é maior, facilmente se compreenderá o fato de 46,3% do total de modalizadores do certo ocorrerem no discurso de posse (D1), texto que parece ter sido produzido segundo a fórmula "eu sei, eu posso, eu faço". Na verdade, não havia razões para Collor buscar o descomprometimento.

Observa-se, entretanto, que o discurso proferido na comemoração de dois anos de governo, ainda que produzido num momento político de razoável estabilidade, não traz nenhuma ocorrência de modalizadores do certo. Uma leitura de D2, mesmo superficial, revela uma organização temática do discurso que desfavorece o aparecimento da modalidade do certo. Collor organizou seu discurso em dois movimentos básicos: um relato pretensamente imparcial das conquistas do governo e as projeções para o futuro. Sendo pretensamente imparcial, seu relato adquire um valor de verdade a que não serve o uso de modalizadores do certo; descrevendo ECs com realização futura, suas projeções, obviamente, só admitem modalizadores do possível.

Nos discursos produzidos após as denúncias de Pedro Collor, também é possível encontrar alguma regularidade no uso dos modalizadores. D3, D4 e D5 foram produzidos com a mesma intenção de esclarecer a população. D3 e D4, entretanto, foram produzidos imediatamente após a divulgação das denúncias, quando boa parte da população ainda não conhecia completamente o teor das acusações. Assim, Collor se limita a declarar a falsidade dessas acusações e a listar as ações que determinou para punir os culpados, entre os quais, certamente, ele não se inclui. Em D5 Collor apresenta uma lista de "fatos" que comprovariam sua inocência. Im-

buído do “dever moral de mostrar a verdade”, Collor se utiliza predominantemente de modalizadores deônticos nesses três discursos.

Em D6 e D7, Collor procura ignorar a crise instaurada, produzindo discursos que se aproximam de D2, na argumentação: após o relato de vitórias recentes, Collor acena com um futuro promissor. Novamente, os modalizadores do possível são mais freqüentes.

D8 e D9 se aproximam pelo fato de terem sido produzidos visando às solenidades em que seriam proferidos. Têm, portanto, uma temática bem definida e se caracterizam pela impessoalidade. Nesse contexto, os modalizadores do certo são mais freqüentes que os modalizadores do possível, embora ocorram em pequeno número.

Em D10, como já apontamos, há uma nítida predominância dos modalizadores do possível (85,7%). Comentando cada uma das acusações, Collor intercala relatos em primeira pessoa com a expressão de seu julgamento sobre os fatos relatados e sobre as atitudes da CPI. Assim, avalia como possível o comprometimento decisivo dos destinos do país, o fato de qualquer pessoa vir a ser vítima das contas-fantasma, o insensato pedido de impedimento do presidente etc. Assim como em D2, a possibilidade de ocorrência dos ECs é descrita como independente do julgamento do falante, ou seja, no nível da predicação.

Finalmente, os discursos D11, D12 e D13 compõem um grupo em que, novamente, a argumentação é baseada em modalizadores deônticos, com poucas ocorrências de modalizadores epistêmicos. Observa-se que, entre os poucos modalizadores utilizados nesses discursos, a maior parte traz a certeza de que o enunciador tem de ter sido injustiçado.

Apresentando todas as ocorrências de modalizadores, segundo o esquema formulado à página 162, obteremos o seguinte resultado:

P			
R		0	33
E			
	CERTO		POSSÍVEL
P			
R		38	13
O			
		COMPROMETIMENTO DO FALANTE	

É interessante observar que os usos mais freqüentes representam uma somatória de elementos que promovem o mesmo efeito de sentido: no nível da proposição, nível em que o comprometimento do falante é maior, a modalidade mais fre-

qüente é a modalidade do certo, que, por sua vez, também indica uma maior adesão do falante; no nível da predicação, nível em que há um menor comprometimento do falante, a modalidade do possível é a mais freqüente, indicando uma dupla tentativa de diminuição de responsabilidade.

5 Conclusão

Sendo veiculadoras das atitudes do falante com relação ao que é dito, as modalidades pedem uma abordagem teórica que considere a língua em uso. Assim, foi com a opção pelo funcionalismo que buscamos analisar os efeitos comunicativos das expressões modalizadoras epistêmicas na interação verbal.

Para essa análise, consideramos a organização simultânea da sentença como mensagem e como evento de interação, segundo o modelo de organização estrutural da frase proposto por Hengeveld (1988; 1989) e Dik (1989). A utilização desse modelo permitiu-nos identificar diferentes instâncias da modalização, bem como as diversas qualificações que atuam em cada uma das camadas da estrutura frasal.

Admitindo, como Nuyts (1993), que a modalidade epistêmica está dentro do âmbito de incidência da evidencialidade, foi possível descrever a modalidade epistêmica de uma forma menos fragmentária: a modalidade epistêmica pode ser globalmente considerada como a expressão de uma avaliação feita pelo falante com base no conjunto de conhecimentos e crenças que esse falante possui.

Embora seja uma categoria individualizada, a modalidade epistêmica se reveste de diferentes funções na situação de interação. Ao qualificar epistemicamente uma *proposição*, o falante não só a avalia como certa ou possível, mas também se posiciona com relação a essa avaliação. Nesse caso, é a função *interpessoal* da frase que está sendo encarecida. Ao qualificar epistemicamente um EC, o falante descreve esse EC como certo ou possível, sem contudo, manifestar sua posição com relação a essa avaliação. E, nesse caso, é a função *representacional* da frase que está sendo encarecida.

Essa dupla função da modalidade epistêmica, entretanto, não a descaracteriza como uma categoria única. Por essa razão, assumindo uma posição contrária à de Hengeveld (1988; 1989), de Dik (1989) e de Palmer (1986), optamos por considerar cada uma dessas funções como subtipos da modalidade epistêmica e não como modalidades diferentes.

A existência de uma correspondência entre o grau de comprometimento do falante e o nível em que atua o modalizador, hipótese central deste trabalho, pôde ser comprovada ao longo do exercício de análise dos discursos do ex-presidente Collor.

Quando situa a qualificação epistêmica no nível da predicação, o falante descreve a possibilidade de ocorrência de um EC sem a indicação das evidências,

apresentando a qualificação como independente da sua avaliação. Dessa forma, não há nenhuma manifestação do comprometimento do falante com a verdade de seu enunciado. Quando situa a qualificação epistêmica no nível da proposição, o falante revela que assume seu enunciado, responsabilizando-se pelo que diz. Nesse caso, o comprometimento do falante é expresso em diferentes graus, segundo as diferentes evidências apresentadas.

Em resumo, considerando as funções (representacional e interpessoal) da linguagem, verificamos que:

- i) por meio da modalização epistêmica o falante avalia como certa ou possível a realidade de um EC ou a veracidade de uma proposição;
- ii) essa avaliação pode ser feita segundo um conhecimento que só o falante tem ou de um conhecimento que é comum, ou seja, segundo um saber que é pessoal ou partilhado;
- iii) segundo as intenções comunicativas do falante, ele pode escolher explicitar ou não a fonte do seu saber;
- iv) o grau de comprometimento do falante pode ser avaliado em correspondência com o nível da organização estrutural da frase em que atua o modalizador.

DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. A functional analysis of epistemic modality. *Alfa (São Paulo)*, v.40, p.151-173, 1996.

- **ABSTRACT:** *The aim of this essay is to analyze the non-prosodic mechanisms used to express the epistemic modality, proposing the hypothesis that the speaker's degree of commitment can be assessed in relation to the level of structural organization of the clause in which the modal elements operate.*
- **KEYWORDS:** *Epistemic modality; functional grammar; layered structure.*

Referências bibliográficas

- BELLERT, I. On semantic and distributional properties of sentential adverbs. *Linguistic Inquiry*, v.8, p.337-51, 1977.
- CAMPOS, O. G. L. A. S., RODRIGUES, A. A flexão verbal modo-temporal no português culto do Brasil: sufixos e auxiliares. In: CASTILHO, A. T. (Org.) *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1993. v.3, p.405-25.
- CORÔA, M. L. M. S. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. Brasília: Thesaurus, 1985.
- DENDALE, P., TASMOWSKI, L. Présentation: l'évidentialité ou le marquage des sources du savoir. *Langue Française*, v.102, p.3-7, 1994.
- DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

- HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a functional grammar of Spanish. *J. Semantics*, v.6, p.227-69, 1988.
- _____. Layers and operators in functional grammar. *J. Linguistics*, v.25, p.127-57, 1989.
- KOCH, I. G. V. *A interação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. v.2.
- MACKENZIE, J. L. *What is functional grammar?* In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 20, 1992, Zürich. 5p. (Mimeogr.).
- MIRA MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa: elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português actual*. Coimbra: Almedina, 1983.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. *Linguistics*, v.31, p.933-69, 1993.
- PALMER, F. R. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986.
- ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.